

NECROPOLÍTICA, FIM DO HUMANISMO E A CRISE DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Rogério Luis da Rocha Seixas¹

RESUMO: Neste artigo, desenvolveremos algumas considerações gerais, referentes a noção de biopolítica e biopoder de Michel Foucault relacionadas com a teoria da Necropolítica, enquanto política de morte e o exercício do necropoder, proposta pelo pensador camaronês Achille Mbembe. Após esta etapa, problematizaremos diretamente, à luz dos aportes teóricos da noção de Necropolítica proposta por Mbembe, uma reflexão crítica referente ao que se aponta como a crise da democracia em nossa contemporaneidade, objetivando discutir e analisar nossa atualidade política dominada por uma racionalidade neoliberal hegemônica e intensamente destrutiva, presente na forma de governar dos Estados democráticos liberais

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica, Crise da Democracia, Necropolítica, Fim do Humanismo, Neoliberalismo

ABSTRACT: In this article, we will develop some general considerations, referring to Michel Foucault's notion of biopolitics and biopower related to the theory of Necropolitics, as a policy of death and the exercise of necropower, proposed by Cameroonian thinker Achille Mbembe. After this stage, we will directly problematize, in the light of the theoretical contributions of the notion of Necropolitics proposed by Mbembe, a critical reflection regarding what is pointed out as the crisis of democracy in our contemporaneity, aiming to discuss and analyze our political current dominated

¹ Docente no curso de especialização em Direitos Humanos, Racismo e Saúde(DIHS)Fiocruz/Ensp. Pesquisador do Grupo Afrosin/UFRRJ. E-mail: rogeriosrjb@gmail.com

by a hegemonic neoliberal rationality and intensely destructive, present in the form of the governing of liberal democratic states

KEY WORDS: Biopolitics, Crisis of Democracy, Necropolitics, End of Humanism, Neoliberalism

Biopolítica, Biopoder e Governo da Vida

No curso intitulado *É Preciso Defender a Sociedade*, Michel Foucault faz referência ao caráter paradoxal da biopolítica que se insere no *fazer viver e deixar morrer*, pois se deve reconhecer o potencial de morte do biopoder. Por conseguinte, a biopolítica se utiliza do dispositivo do biopoder para decidir quais membros da sociedade podem viver e quais devem morrer.

Mas como um poder de promover a vida, em realidade pode deixar ao mesmo tempo, deixar morrer ou mesmo levar à morte? A resposta encontra-se na prática do *Racismo de Estado*, gerenciando modos de eliminação dos indesejáveis, dos inúteis, dos descartáveis, para saúde e bom funcionamento do corpo social. Eliminação pela exclusão de determinados grupos ou indivíduos de seus direitos, por exemplo, à assistência social e serviços de saúde, por serem considerados não gestáveis. O racismo é a condição para a prática do direito de morte numa configuração neoliberal e biopolítica do poder. O extermínio e os massacres justificam-se seguindo a lógica do biopoder, predominante na racionalidade política contemporânea. Pode-se descrever um mecanismo para promoção da vida, visando o fortalecimento da espécie, justificando o exercício da violência biopolítica, que causa a morte dos considerados inferiores e dos indesejáveis. Como cita o autor: "Quanto mais numerosos forem os que morrem entre nós, mais pura será a raça a que pertencemos" (FOUCAULT, 2006, p. 272).

No aparato biopolítico, o biopoder exerce o direito de morte e o abandono da vida. Em tal circunstância, pode-se descrever a função de um racismo de Estado soberano: justificar o exercício de matar em nome da vida, segundo a morte do inferior, do anormal, beneficiando a vida da raça, a tornando mais sadia, pura. Para Foucault: "O imperativo da morte, só é aceitável no sistema de biopoder se tender não para a vitória sobre adversários políticos, mas para eliminação do perigo biológico e para reforço, diretamente ligado a esta eliminação, da espécie ou raça" (FOUCAULT, pp. 272-273). Outro ponto essencial que necessita ser ressaltado para compreensão desta configuração: uma ligação direta do biopoder com o capitalismo. Segundo o pensador:

O biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2010, p.47).

Trata-se de compreender como o aumento e o confisco das riquezas supõem o desenvolvimento de poderes que capturam as forças vitais para fazer com que participem do processo de criação de riquezas.

Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault ressalta que a biopolítica se inscreve na história do liberalismo político. Citando o pensador: “Parece-me que só depois de sabermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos compreender o que é biopolítica” (FOUCAULT, 2010, p.47). Liberalismo como racionalidade de governar e não como mero princípio econômico. Neste mesmo curso, Foucault aponta que em nossa atualidade, marcada pelo neoliberalismo, a economia transforma-se em uma técnica de análise para programação estratégica das atividades e dos comportamentos dos indivíduos, objetivando tratar de questões como: qual o modo mais eficaz de se produzir e acumular o capital humano? Como manipular e utilizar sua composição? Tais questões envolvem a “racionalidade de governar neoliberal, destacando-se o papel do mercado, atuando de modo semelhante a um tribunal permanente, que regula as metas da economia política, a partir do governo sobre o capital humano” (FOUCAULT, 2010, p. 211).

Foucault observa em *História da Sexualidade: a Vontade de Saber*, que a prática de governar do poder soberano é agora, recoberta pela “capacidade de administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1998, p.131). Um ponto marcante da biopolítica se evidencia: a assunção da sociedade de regulação, quando se estabelecem dispositivos de poder, que invistam no conjunto de indivíduos, objetivando gerenciar os efeitos oriundos da vida em sociedade. O principal objetivo do Estado moderno e das suas instituições, foi o de utilizar a vida humana a seu favor, tirando dela tudo aquilo de que necessitava para que seu poder fosse mantido ou aumentado. Não se pode deixar de levar em conta que a biopolítica se constitui sempre em uma política de vulnerabilidade diferencial. Ao estabelecer uma hierarquia no valor das vidas, produz e amplia a vulnerabilidade como modo de governar os corpos, individualmente e principalmente no coletivo. Neste aspecto, o racismo se apresenta como condição para que os Estados modernos legitimem suas intervenções biopolíticas, caracterizadas como poder de morte. Desta forma, o poder de matar do Estado passa pelo “fato de expor à morte, de multiplicar para alguns riscos de morte ou, pura e

simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2006, p.216). Há um fator de exercício de poder que positiva a vida em detrimento da negação da morte, embora esta se faça ainda presente, mas de modo a se promover a boa gestão da população enquanto vida capital, como fonte geradora de produção.

Necropolítica e o Poder Soberano de Matar

Em seu ensaio intitulado de *Necropolítica*, Achille Mbembe assume que “a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 11). Não se trata apenas do poder de morte que por si só, não consiste em soberania, pois essa, em sua fase extrema, é aquela que faz viver ou deixa morrer, é o domínio da vida enquanto vida que completa a dominação. Ao atribuir à soberania o poder de decisão sobre a morte, ou seja, de matar ou permitir viver, Mbembe apresenta a política como a morte que vive uma vida, sendo ainda a necropolítica, a subjugação da vida ao poder da morte, que é o necropoder enquanto o conjunto de tecnologias políticas que atuam para estabelecer a gestão e controle das populações e do indivíduo. Esses dois termos, são importantes para dar conta dos modos pelos quais “armas são empregadas no interesse da destruição de pessoas e na criação de mundos de morte, novas e únicas formas de existência social nas quais populações estão sujeitas a condições de vida que conferem a elas o *status* de mortos vivos” (MBEMBE, 2018, p.71).

Por sua vez, a soberania é descrita como busca constante de um exercício de poder que supera qualquer limite racional e científico. Se para Foucault, a biopolítica ocorre dentro daqueles territórios no qual o poder é exercido por meio de contratos sociais, isto é, num contexto majoritariamente europeu. A necropolítica abrange outros territórios, como as colônias africanas. O Colonialismo pouco tratado por Foucault, torna-se ponto crucial na reflexão de Mbembe, que acrescenta que a *raça*, assim como o racismo, possui um lugar de destaque na racionalidade do exercício do biopoder, pois afinal, “mais do que o pensamento de classe, a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros ou a dominação a ser exercida sobre eles” (MBEMBE, 2018, p.18). O autor africano destaca que em termos foucaultianos “o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder. Este velho direito soberano de matar” (MBEMBE, 2018, pp.18-19). Sua função seria regular a distribuição da morte e possibilitar as funções biopolíticas de matar por parte do Estado. Como tecnologia de governo, os seus mecanismos possibilitam ao Estado, o controle biológico da população, a partir por exemplo de

instituições como o sistema de saúde pública na qual, desde o nascimento, as campanhas de vacinação, internação e isolamento, obituário, tudo é regulado pelas normas estatais. Há um exercício de fazer matar sob uma perspectiva que decide justamente em que momento a vida de uma determinada população ou subgrupo ou mesmo indivíduo, deixa de ser economicamente relevante e, conseqüentemente, pode ser eliminada. Exerce-se o trabalho de morte da política sobre os indivíduos que começam a sobrar diante da estrutura neoliberal atual e que não são mais requisitados a despenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo.

Em nossa contemporaneidade, Giorgio Agamben destaca que qualquer indivíduo corporificado enquanto um "*homo sacer*" encontra-se diretamente imbricado nas práticas biopolíticas, principalmente porque o Estado contemporâneo atua na seletividade das vidas" (AGAMBEN, 2002, p.127). Este autor também afirma que "colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado Moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder à vida nua" (AGAMBEN, 2002, p.14). Investigando qual seria o ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder, Agamben encontra o poder soberano como conector dessa ligação. Entretanto, há uma racionalidade de governo que cria e permite uma gestão da vida, mas de um modo peculiar: na relação entre política e vida para que esta possa ser incluída, primeiro ocorre um processo de sua exclusão. Ou seja, "para entrar no campo da política, a *zoé* – a vida nua – primeiramente foi excluída da *pólis*; e somente séculos mais tarde, com o advento do biopoder, ela retorna à cena, sendo então incluída" (AGAMBEN, 2002, p.16). Verifica-se a condição de *vida nua*, desprovida de qualquer valor para a produção e consumo, "assinalando o ponto em que a biopolítica se converte necessariamente em tanatopolítica" (AGAMBEN, 2002, p.128).

A relação entre o Estado de exceção e a soberania, resulta em uma autoridade de matar não somente controlada pelo Estado, mas sim que passa a ser distribuída por toda a sociedade. O sentido de soberania, ganha sua expressão máxima no poder e na capacidade do soberano em decidir quem deve morrer ou viver. Partindo deste ponto, Mbembe formula outra importante indagação referente a política contemporânea: como a vida, a morte e o corpo humano estão inseridos na ordem do poder? O pensador defende que "a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte" (MBEMBE, 2018 p.71), principalmente que nos possa auxiliar a identificar a possibilidade de matar do poder soberano, pois

o autor africano discorda de Foucault, quanto a noção aplicável de biopoder para o fazer viver na política contemporânea.

A política da morte ao se coadunar com o Estado de exceção, torna-se capaz de distribuir de forma excludente e desigual recursos políticos, econômicos e de saúde, exercendo-se um exercício de veto por parte do soberano, sobre as condições de vida dos que são classificados como descartáveis e, conseqüentemente, estabelece-se um poder de decisão de exposição à morte dos grupos considerados como impuros ou marginalizados. Esta exposição a morte, marca a invisibilidade que se localiza no cerne do racismo, negando a humanidade do outro e se desenvolvendo como modelo legitimador de exclusão e descarte. Mais do que isso, o racismo representa a escolha de quem deve ser eliminado ou sobreviver, numa morte que pode ser física, política ou simbólica. O exemplo apresentado é o do *Negro*, enquanto construção social, representando uma noção que designa a imagem de uma existência subalterna ou um outro tipo de humanidade nociva e indesejável.

Este projeto genocida se concretiza na condição do “poder soberano de ditar quem pode viver e quem deve morrer (...) quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p.41). Há uma estratégia de deixar morrer, que atinge principalmente, de acordo com Agamben os “indignos da vida” (AGAMBEN, 2002, p.128) e, portanto, pode-se constatar que o genocídio em marcha e a biopolítica, se fusionam na produção intensa de mortes, na tentativa de se aniquilar o Outro, sendo este percebido sob a ótica do inimigo e também, sob a lógica da guerra, necessitando portanto, ser exterminado. Desse modo, torna-se imprescindível ressaltar que inserido na política de morte que caracteriza o racismo necropolítico, o Outro é reconhecido como uma ameaça mortal ou um perigo absoluto, se fazendo necessária sua eliminação, para reforçar o potencial de vida e a segurança de uma população ou grupo considerado hierarquicamente superior. Avente-se que o exercício do necropoder, expressa princípios da herança de soberania política Schmittiana, encarnando a prerrogativa do poder soberano em decidir pela exceção dos direitos dos sujeitos declarados enquanto inimigos, tornando-os inclusive matáveis em nome da segurança da estrutura social. Mbembe ressalta que “essas trajetórias pelas quais o Estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2018, p.17). A figura do inimigo tratado enquanto um outro que se torna uma ameaça a ser eliminada, segundo

um tipo de norma ou regra que o torna passível de ser morto. Podendo ser um indivíduo, grupo ou uma população considerada matável e hostil.

Trabalhando a partir desta premissa, Mbembe visa identificar a existência de um vínculo entre a política de extermínio e a guerra, onde a “racionalidade da vida passe pela morte do outro; ou que a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver” (MBEMBE, 2018, p. 20). Ora, se não há espaço para o outro ou para a diferença, como pensar na possibilidade de se consolidar uma experiência democrática de fato? A democracia que ainda se sustenta em termos de uma visão de soberania tradicional, pode justificar esta prática democrática?

Fim do Humanismo e Crise da democracia liberal

Em *Nascimento da biopolítica*, Michel Foucault destaca que para se compreender a biopolítica, deve-se desvelar a lógica da racionalidade política neoliberal que diferentemente do liberalismo clássico, visa “reconstituir não o homem do intercâmbio, não é o homem consumidor, mas o homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2010, p.175). Aplica-se o princípio da racionalidade empresarial das condutas e ações dos indivíduos nas teorias do capital humano. O principal objetivo do neoliberalismo passa a ser que o modo de governar a sociedade tenha agora a forma de uma empresa. Observa o pensador que “trata-se de constituir uma sociedade indexada não mais à mercadoria nem à uniformidade da mercadoria, mas à multiplicidade e à diferenciação das empresas” (FOUCAULT, 2010, p.193). Esse sistema empresa/sociedade passa a operar com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros.

É por esse motivo que Mbembe ressalta a existência de uma verdadeira *economia da violência* (BARRIOS, 2012, p.137), relacionada com a formação de um mercado/empresa no corpo social e, simultaneamente, a constituição de um dispositivo de poder que implementa o trabalho da morte. Essa percepção econômica e eventualmente política, sob o viés de Mbembe, tem início na fase mercantilista do capitalismo, quando o negro é transformado em mercadoria e que perdura no neoliberalismo, ampliando-se para outros grupos que podem ser elimináveis e matáveis. A escalada de mercantilização de diferentes dimensões da vida social, por exemplo, é indissociável desta condição destrutiva da racionalidade neoliberal dos Estados democráticos atuais. Em seu ensaio

Crítica da Razão Negra, o autor ressalta que os corpos são classificados como supérfluos e descartáveis quando as suas capacidades de trabalho diminuem ou cessam, ou ainda, ao não se constituírem mais como necessários ao modo de reprodução próprio ao neoliberalismo. O pensador afirma que tal situação representa a inexistência de trabalhadores propriamente ditos. Significa dizer que no quadro neoliberal, “só existem nômades do trabalho, sendo estes relegados a uma humanidade supérflua, entregues ao abandono e sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital, tornando-se dispensáveis e até mesmo, convertendo-se em vidas matáveis, exatamente por se tornarem inúteis” (MBEMBE, 2014, p.17).

A necropolítica define estratégias que resultam na morte de corpos considerados inúteis ou inadaptáveis aos padrões da gestão neoliberal, que se estrutura num sistema baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. Tudo aquilo que representar algum obstáculo a **mercantilização plena da vida e sua administração** deverá ser eliminado. Observe-se que com a mercantilização da vida, paradoxalmente, esta deve ser eliminada. Principalmente a vida daqueles cuja condição existencial encontra-se precarizada ao ponto de serem descartáveis.

O pensador camaronês também propõe que “a Modernidade sempre esteve nas origens de diferentes e diversificados conceitos de soberania e, por conseguinte, embasando-se na prática da biopolítica” (MBEMBE, 2014, p.8). Por este motivo, sua reflexão não se limita aos eventos do holocausto judeu e dos governos denominados como totalitários. A meta primordial é tratar das “soberanias cujo projeto central é a instrumentalização generalizada da existência humana e destruição de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, pp.10-11). Mbembe vai além, afirmando que tais formas de soberania “constituem o *nomos* do espaço político em que ainda vivemos” (MBEMBE, 2018, p.11). Para se analisar a soberania na política contemporânea, deve-se utilizar “outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte” (MBEMBE, 2018, pp.11-12).

Tal perspectiva nos direciona para outro ponto importante, que se refere ao estudo de Mbembe, acerca dos regimes pós-coloniais africanos, apontando para uma relação direta entre soberania e propriedade, quando a partir da figura do escravo, afirma-se a desigualdade do poder soberano sobre a vida. Conforme este pensador: “Esse poder sobre a vida do outro, assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu senhor” (MBEMBE, 2018, p.29). Coisifica-se a vida de tal modo que a manutenção das condições de fazer viver ou a destruição destas para causar a morte,

obedecem simplesmente a decisões e interesses de poder e economia. Na prática, pode-se destacar como exemplo dessa estratégia, o desmonte da coisa pública em função da coisa privada para validar a gestão dos meios que garantem aquilo que nos termos observados por Foucault em *É Preciso Defender a Sociedade defesa da sociedade*, fazem com que “o corte entre o que deve viver e morrer” (FOUCAULT, 2006, p.271) estejam ligadas a interesses econômicos e não ao bem-estar geral. Saliente-se que a racionalidade neoliberal de governar/administrar a vida da população, impõe a necropolítica pela violência.

Partindo deste aspecto, o autor ressalta que apesar da lógica neoliberal estar associada de tal forma com a necropolítica, que ameace a própria estabilidade das democracias, “a crítica política contemporânea infelizmente privilegiou as teorias normativas da democracia e manteve o conceito de razão como um dos elementos mais essenciais, tanto do projeto de modernidade quanto do território de soberania”(MBEMBE, 2018, p.9). Mbembe quer destacar que a filosofia política contemporânea persiste na ideia herdada da modernidade de uma soberania que norteia as democracias atuais, enquanto a “expressão máxima de soberania como produção de normas gerais por um corpo composto por homens e mulheres livres” (MBEMBE, 2018, pp.9-10). O pensador africano critica ainda essa concepção de política democrática enquanto um “projeto de autonomia e a realização de acordo em coletividade mediante comunicação e reconhecimento” (MBEMBE, 2018, pp.9-11). Tal situação não mais se sustenta, segundo Mbembe, no contexto atual da necropolítica, quando o poder soberano dos Estados modernos, planejado por uma política neoliberal, determina quem irá morrer ou viver, atingindo essencialmente a precariedade das condições e do espaço de vida não apenas dos mais vulneráveis, mas assim como também ameaçando os mais pobres. Deve-se enfatizar que as **políticas de morte**, em termos da racionalidade neoliberal, respondem a uma forma de **controle social total**, buscando contornar as contradições e fissuras sociais, inerentes a crise de acumulação do capital.

Destaque-se, que além da **necropolítica** encontrar-se associada ao **neoliberalismo**, sua **prática também** indica o surgimento de faces inéditas de estruturas autoritárias que ameaçam a estabilidade de nossas democracias atuais. Como atesta o autor: “O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo” (MBEMBE, 2017, p.4). O pensador defende que com a crise da democracia e a ascensão do capitalismo neoliberal, Mbembe a era do humanismo chega ao fim. O sujeito racional capaz de

escolha, do humanismo, dá lugar ao sujeito de paixões e afetos apolíticos, do capitalismo. A política deixa de ser a habilidade de convencer pela fala, e se converte na habilidade de fazer a guerra contra o Outro. Contra o diferente que passa a ser considerado um inimigo que deve ser exterminado. A política contemporânea e o que se considera como exercício democrático, se torna uma forma de guerra, o que põe em jogo a vida política, já que a guerra destrói o convívio social e a esfera pública para o aparecimento dos sujeitos e seu reconhecimento, principalmente as ditas minorias. Portanto, se uma forma histórica de democracia está ameaçada, é porque surge outra configuração histórica: a antidemocracia neoliberal. Governar um país é sinônimo de administrar uma sociedade através das normas de mercado. O interesse privado governa a política. Assim sendo, a ideia moderna de democracia com o próprio liberalismo trouxe uma inconveniente aproximação do projeto de globalização de mercado que necessita manter as periferias, embasado não na noção iluminista de direitos humanos iguais ou mesmo a visão de uma democratização de iguais, mas mantendo a base do modelo colonial e escravocrata, estabelecendo a racialização do humano como essencial para o mecanismo de necropoder. O racismo desta forma, impondo-se como prática de Estados soberanos, impossibilita pensar a viabilidade de uma democracia e desestabiliza os modelos vigentes, pois estes encontram-se capturados pela lógica neoliberal que se manifesta pela necropolítica.

Neste contexto, Mbembe declara o fim do que identifica como a *era do humanismo*, devido exatamente a incompatibilidade da estrutura neoliberal com a democracia liberal, pois não se reconhecem mais limites em aplicar as políticas de morte para exercer a racionalidade neoliberal.

Como argumenta o autor no texto *A Era do Humanismo está terminando*:

Isso explica a crescente posição anti-humanista que agora anda de mãos dadas com um desprezo geral pela democracia. Chamar esta fase da nossa história de fascista poderia ser enganoso, a menos que por fascismo estejamos nos referindo à normalização de um estado social da guerra. Tal estado seria em si mesmo um paradoxo, pois, em todo caso, a guerra leva à dissolução do social. No entanto, sob as condições do capitalismo neoliberal, a política se converterá em uma guerra mal sublimada. Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres, uma guerra religiosa contra os muçulmanos, uma guerra contra os deficientes (MBEMBE, 2017, pp. 5-6).

O capitalismo neoliberal deixa em sua esteira uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial. Eles anseiam genuinamente um retorno a certo sentimento de

certeza – o sagrado, a hierarquia, a religião e a tradição. Mbembe ressalta que “a noção humanística e iluminista do sujeito racional capaz de deliberação e escolha, será substituída pela do consumidor conscientemente deliberante e eleitor” (MBEMBE, 2017, p.4).

Conclusão

Assim sendo, nos moldes da biopolítica, a necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida como também políticas de gestão da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente rentáveis e por consequência, que devem ser preservadas e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta a morte. São corpos não rentáveis para a racionalidade e prática política neoliberal, que não produzindo e não consumindo, são deixados para morrer. O poder necropolítico de relativizar a importância de determinadas vidas em detrimento de outras, encontra-se repleto de arbitrariedades que sobrepõe as preocupações econômicas sobre o valor da vida humana, retratando o poder de morte que emana da força da racionalidade neoliberal, a distribuição desigual das oportunidades de viver. Além disso, percebe-se o surgimento e recrudescimento de formas de autoritarismo político que passam a atuar como princípio cada vez mais intenso, na articulação entre neoliberalismo e política da morte, tornando-se uma ameaça para as nossas democracias. Em seu núcleo duro, a democracia liberal torna-se cada vez mais incompatível com a racionalidade do capitalismo neoliberal. Não por acaso, Mbembe se recusa a tratar das noções tradicionais de soberania que normatizam nossas democracias, embasadas em discursos de autonomia e autolimitação. O autor camaronês ainda faz um alerta:

Como os mercados estão se transformam cada vez mais em estruturas e tecnologias algorítmicas, o único conhecimento útil será algorítmico. Em vez de pessoas com corpo, história e carne, inferências estatísticas serão tudo o que conta. As estatísticas e outros dados importantes serão derivados principalmente da computação. Como resultado da confusão de conhecimento, tecnologia e mercados, o desprezo se estenderá a qualquer pessoa que não tiver nada para vender (MBEMBE, 2017, p.5)

Prática que estamos vivenciando neste contexto de pandemia, como o do Covid-19, quando se deixa de atender pessoas na faixa dos 70 aos 90, para dar possibilidades de fazer viver outros grupos de faixas etárias mais jovens, que segundo o cálculo de gestão próprio a racionalidade neoliberal, são úteis para produção e lucro, enquanto os outros são desprezados e passíveis de descartabilidade.

A pandemia desvela como o neoliberalismo reinante, destruiu e debilitou instituições ligadas a saúde pública e higiene, que são cruciais para enfrentar uma crise como a que estamos passando. Em realidade, o neoliberalismo, com seu racismo, sua necropolítica, sua biopolítica, mais as políticas de austeridade e desigualdade massiva em riqueza e poder, aliada ao desmonte do Estado de bem estar, configura-se enquanto força letal, que atacando o corpo social, possibilitará o surgimento de pandemias talvez mais letais e o enfraquecimento das bases democráticas em diferentes sociedades.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. O poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2002.

BARRIOS, Juan et al. *Necropolítica, una revisión crítica*. México: Universidad Autónoma de México, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2010.

_____. *É Preciso Defender a Sociedade*. Curso do Collège de France (1975-1976). Tradução de Carlos Correia M. de Oliveira. Lisboa: Editora Livros Brasil, 2006.

_____. *História da sexualidade 1*. Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza Albuquerque & J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

_____. A Era do Humanismo está terminando. Tradução de André Langer. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos/IHU*- On-line- Edição 186 - São Leopoldo/RS, 2017.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.